

O QUE AS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS NOS CONTAM SOBRE A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA?

ARIÁDNE SCALFONI RIGO*

Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo.

— MACHADO DE ASSIS. "Balas de estalo", 16 de maio de 1885.

As escolhas

Discutir Administração Política não é tarefa fácil, embora urgente. Poderíamos, no intuito de dar corpo a essa discussão, partir das Teorias da Administração Clássica e das Teorias Gerais da Administração. Poderíamos, ainda, ampliar o olhar e sugerir alguma perspectiva crítica envolvendo as ideias de pesquisadores como Guerreiro Ramos e Gilberto Freyre, como o fez Oliveira (2008).

Mas, ao contrário do que, geralmente, encontramos em trabalhos acadêmicos, propomos uma “conversa mais descuidada”, procurando aproveitar a liberdade que me foi dada pelos mestres condutores da disciplina. Algo que, embora possa parecer menos “científico”, nos permite obter novos *insights* na busca constante de compreender e de fazer novas leituras da Administração Política (e Pública) brasileira. Acho, ainda, que esse exercício possibilita-nos pensar em contribuições interessantes: uma delas é nos mostrar que, fora da Administração, há diferentes maneiras de se compreender ela própria e, quem sabe, alargar um pouco mais nossas possibilidades e interesses (acadêmicos ou práticos). Outra é aproveitar a literatura brasileira enquanto fonte de conhecimento, assim como têm feito outras áreas do conhecimento, como a sociologia e a antropologia.

* Doutoranda em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Nesse sentido, questionamo-nos: *o que as crônicas de Machado de Assis podem nos contar sobre a Administração Política brasileira?* Obviamente que, para questionar isso, pressupus que os retratos do cotidiano e do mundo político e as descrições e interpretações dos autores literários que viveram em diferentes momentos da história do Brasil possam contribuir com *insights* interessantes para compreender a Administração Política. É nisso que reside nossa proposta neste breve ensaio: tentar interpretar as crônicas machadianas à luz da Administração Política, buscando oferecer um pouco de leveza a uma discussão, consideravelmente, séria.

Nesse intento, vale explicar por que escolhi Machado de Assis e, justamente, suas crônicas. Primeiro, Machado de Assis é um dos autores da literatura brasileira mais discutidos, inclusive, no âmbito das suas contribuições para o entendimento do homem político brasileiro e da administração pública da época (Bosi, 2011). Além disso, Machado não apenas escreveu, mas participou, diretamente, da vida pública do país, foi um assíduo observador das *nuances* políticas de momentos importantes na história da administração do Brasil.

Machado pôde assistir, ao longo do século 19 e no começo do século 20, a alterações vastas e profundas no cenário internacional, nos costumes, nas ciências da natureza e da sociedade, nas técnicas e em tudo o que entende com o progresso material. As mudanças foram extraordinárias, e o seu olhar as apreendeu tanto no ritmo célere do telégrafo quanto, mais lentamente, na transição do velho para o novo Brasil, do velho para o novo Rio de Janeiro (Bosi, 2011, p. 27).

Machado de Assis considera-se, na opinião de Bosi (2011), não um historiador, e, muito menos, um político. Mas é inegável a importância dos “retratos” do cotidiano e do homem político que elabora em várias de suas obras. Mas, por que escolher as crônicas, e não os romances e os contos, por exemplo? Principalmente, porque elas representaram os primeiros escritos machadianos e têm um caráter bem jornalístico da época. De acordo com Bosi (2011), Machado de Assis, nessa época, não escrevia como um opositor indignado, embora fizesse acusações. De acordo com o mesmo autor, com o passar do tempo, as acusações foram substituídas por uma certa ironia da vida política, não apenas nacional mas também a estrangeira. Numa fase mais madura do autor, o pessimismo é mais vigoroso (ver

capítulo final da obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*). Em seus escritos, percebe-se uma preocupação em desmascarar o cinismo e a hipocrisia política e social.

Sua extensa obra constitui-se de nove romances, peças teatrais, duzentos contos, cinco coletâneas de poemas e sonetos e mais de seiscentas crônicas. É nas crônicas que o elemento político aparece com muita constância. Escritas semanalmente e diante dos eventos que ocorriam na época, Machado procurava deixar, às vezes com ironia, sua opinião sobre fatos da vida pública e política carioca, brasileira e, em alguns casos, internacional.

As crônicas, “como as laranjas, podem ser doces ou azedas; consumidas em gomos ou pedaços, na poltrona de casa, ou virar suco, espremidas nas salas de aula” (Novaes, 1995). Ou seja, são variadas, podem servir a vários propósitos e, inclusive, como um instrumento de ensino. Podem ser entendidas, de modo mais formal, como pequenos textos em jornal que visam a expressar a opinião de alguém sobre determinado assunto ou acontecimento. As crônicas de Machado de Assis organizam-se em ordem cronológica, às vezes semanais, às vezes quinzenais e foram publicadas em importantes jornais da sua época. Nelas, encontramos assuntos diversos, que vão desde literatura, passando pelo teatro, a chegada de alguém ilustre na cidade, a morte de algum conhecido da sociedade, até algum fato ou posicionamento político nacional ou internacional.

Antes de prosseguirmos, vale um alerta. Assim como podemos interpretar uma série de coisas sobre um determinado prisma, podemos ler Machado de Assis para buscar inúmeros outros elementos, a depender do nosso interesse. Durante minhas buscas, muito do que li pareceu-me confundir-se com Administração Pública, talvez mesmo por esta ser mais evidente para nós da administração. Mas, diante do que se propõe nas discussões da Administração Política, veremos que a leitura sob este prisma também é interessante.

Neste ensaio, primeiro fazemos uma sucinta discussão sobre Administração Política, revendo alguns conceitos e colocações que podem nos ajudar a compreender melhor o que significa, ou melhor, em torno do que ela busca significados. Em seguida, vamos, diretamente, às relações que encontramos entre as crônicas machadianas e Administração Política e é, por isso, que sugerimos, fortemente, que os leitores leiam, mesmo que, superficialmente, algumas coletâneas de crônicas de Machado de Assis, tais como *A semana*, *Notas semanais*, *O velho Senado*, *Histórias de quinze dias* e *Crônicas*, todas disponíveis no site do MEC.

A Administração Política: breves discussões

Atualmente, as discussões sobre a Administração Política concentram-se nas publicações da *Revista Brasileira de Administração Política (Rebap)*, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (Eaufba). No entanto, há um significativo esforço do grupo de professores e alunos mais diretamente envolvidos com as discussões e pesquisas em estimular, em outros espaços (inclusive em eventos), o debate sobre o assunto.

Santos, Ribeiro & Santos (2009) situam o campo da Administração Política como campo do conhecimento. Nesse intuito, explicitam e aprofundam os termos do debate, ao colocarem questões epistemológicas fundamentais, como a do objeto e a do método. Para os autores, a Administração Política é, justamente, a “gestão das relações de produção e distribuição”, ou seja, a parte que a Economia considerava não científica, por extrapolar seu campo do conhecimento. Parte dessa extrapolação deu origem a outro campo, o da Economia Política; mas, de acordo com os autores, especificamente a “gestão das relações de produção e distribuição” também extrapola seu âmbito de discussão. Em suma: “Com isso, parte dos estudos da economia política deve ser referida à Administração Política” (Santos, Ribeiro & Santos, 2009, p. 925).

Somado a essa constatação, os autores discutem, ainda, outro ponto importante que dá lugar diferenciado à Administração Política no âmbito as ciências administrativas. A de que os estudos da Administração nunca se preocuparam, suficientemente, com a sua dimensão política, o que explica as discussões em torno desse campo do conhecimento serem, relativamente, recentes.

Tanto Oliveira (2008) quanto Teixeira (2008) concordam que, da forma como o campo da Administração está “estruturado” ou “formatado”, ele não deu (e não dá) conta dessas discussões ou não permitiu que elas influenciassem, positivamente, o campo das práticas na Administração. Na opinião de Oliveira (2008), é, principalmente, por insistir em copiar modelos estrangeiros, ela própria — a Administração — precisasse de uma releitura com a denominação “Administração Política”. Isso reforça a importância de adjetivar a Administração com a palavra “Política” e de propor que ela se diferencie por meio da tentativa de dar conta das discussões que a Administração, até então, ignorou.

[. . .] os estudos administrativos nunca ambicionaram ou se deram conta dessa dimensão política. A sua origem e todo o seu desenvolvimento estiveram sempre vinculados a preocupações relacionadas à organização, à racionalidade e à produtividade do trabalho, criando técnicas, cada vez mais refinadas, para aumentar o seu rendimento (Santos, Ribeiro & Santos, 2009, p. 925).

[...] ainda que a análise administrativa incorporasse ao seu repertório conceitos de cultura, valor e ética, a administração nunca perdeu de vista a sua racionalidade instrumental no âmbito das organizações. Particularmente as voltadas para o mercado capitalista desenvolveram técnicas cada vez mais elaboradas para a alienação e o aprisionamento do trabalhador aos requisitos do aumento da produtividade e a fidelidade à organização, ao seu patrão, em última instância (Santos, Ribeiro & Santos, 2009, p. 925).

A Administração Política, para Santos, Ribeiro & Santos (2009), significa, ao mesmo tempo: o “do que fazer” e o do “como fazer”, ambos envolvem processos decisórios, e o último “significa viabilizar os meios necessários para construir o projeto da nação ou da organização e implantá-lo. Aí reside a gestão das relações, essência da Administração Política” (Santos, Ribeiro & Santos, 2009, p. 941)

A Administração Política, então, tem como ocupação principal a organização e gestão do trabalho humano em sua relação com a natureza e consigo mesmo, com o intuito de libertá-lo num maior grau relativo possível (Santos, Ribeiro & Santos, 2009, p. 941).

Notadamente, as discussões e a Administração Política em si se tornam ainda mais relevantes em tempos tão neoliberais, em que a “gestão da produção e distribuição” é ditada pelas “regras” do capital. Nesse momento, de acordo com Fonseca (2008), as ideologias do mercado, do mérito, da eficácia e da eficiência tornam-se dominantes e

Administração e Gestão tornam-se conceitos similares e, mais do que isso, “insuspeitos” tendo em vista o desenvolvimento da sociedade, supostamente válido e benéfico a todos os atores sociais dadas as

premissas tecnicamente validadas pela comunidade moderna dos gestores dos Estados, da tecnocracia das agências multilaterais e do pensamento hegemônico espreado nas universidades, nas publicações especializadas, nos *think-thanks*, na mídia, chegando ao senso comum (Fonseca, 2008, p. 7).

Nesse sentido, Fonseca (2008) ressalta o caráter não neutro da Administração e, conseqüentemente, ressalta o político. Para ele, a compreensão dessa não neutralidade é fundamental para entender a Administração Política. De certo modo, Caribé (2008, p. 47) concorda com isso, quando relaciona a Administração Política com os sujeitos e as classes que fundamentam a história das sociedades ou Estados/nações. “A administração política nada mais é do que uma das facetas dessas ideias e práticas da classe dominante hoje. Não é a administração que partiu das fábricas para o resto dos espaços de poder: mas os gestores que passaram, a partir do local de trabalho, a dominar o Estado, no seu mais amplo sentido.”

Fonseca (2008) discute o papel da administração de conflitos; principalmente, os entre o verdadeiro papel do Estado e os objetivos do mercado e da política neoliberal. Nesse caminho, a Administração Política estaria a serviço da compreensão do papel do Estado na Administração Pública, considerando a sua não neutralidade e os desvirtuamentos que ele pode sofrer na (re)distribuição da riqueza e na busca pelo bem-estar social.

Caribé (2008), baseando-se em Santos (2004), critica o fato de a Administração, até então, não ter se preocupado com a política nas ações e relações. Argumenta que, mesmo considerando o conceito clássico de Simon de que a Administração é a ciência que elabora os meios para alcançar determinados fins, isso não significa que os fins devam ser considerados menos importantes que os meios e, pior, dar vida própria aos meios. O que ele quer dizer é que os fins são políticos, ideológicos e que, para alcançá-los, os meios são a própria Administração Política.

Ribeiro (2008), de maneira mais ampla, atribui à Administração Política responsabilidade de analisar a relação Estado-Economia-Sociedade; mas, de uma maneira menos operacional e instrumentalizada e, obviamente, mais política. Nesse sentido, Administração Política, de uma forma mais ampla, é como o “modelo de gestão que leva à finalidade última da produção social”. Para compreendê-la, seria necessário entender o contexto histórico e o papel do Estado nele. Esta mesma autora mostra com

clareza a estreiteza entre Administração Política e Administração Pública quando ressalta:

À medida que a competência e/ou responsabilidades do Estado vão se ampliando, rápida e progressivamente, ou seja, quando a noção de administração pública passa a corresponder a uma gama bastante mais ampla e complexa da atividade estatal, pode-se ir deduzindo que começa a surgir modificações no que definimos como novo modelo de Administração Política. Evidentemente, esta transição não ocorre de forma tão explícita e/ou consciente, nem de forma similar em todos os Estados, mas de qualquer modo se pode definir, com relativa precisão, onde começam as mudanças mais visíveis que vão caracterizar o novo modelo de Administração Pública, isto é, o novo marco histórico da Administração Política contemporânea (Ribeiro, 2008, p. 18).

A Administração Política pode ser entendida como campo em que se estuda o que há por detrás das mudanças estruturais e organizativas da administração pública. Ou seja, a que interesses respondem os Estados para gerenciar a produção e a distribuição de riquezas? Partindo dessa indagação, podemos nos limitar, por ora, a administração política do Estado, levando em conta o seu papel e suas características em determinado momento histórico do Brasil. Nesse sentido, as crônicas machadianas falam muito sobre o Estado e do governo da época. Passamos às discussões com base nelas.

Machado de Assis, política, administração e Administração Política

“O que é a política senão obra de homens”, diz Machado de Assis. E, o que é a Administração, senão obra de homens? Dito de outra maneira, o que é a gestão da produção e da distribuição, senão obra de homens?

Machado de Assis foi testemunha de um momento fundamental na história da Administração do Brasil (final do século XIX e início do século XX) — quando ela deixou de ser império e passou a ser república. Além de testemunhar, deixou registrado em seus diversos gêneros literários (poemas, romances, contos, folhetins, peças de teatro, etc.), dentre eles as crônicas. Mas Machado de Assis não foi, apenas, um escritor em meio aos

homens comuns. Ele assumiu cargos públicos, como no Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas, da época. Então, ele, também, administrou.

Há dúvidas quanto ao engajamento político de Machado de Assis. Sua ironia e pessimismo, muitas vezes, dão a entender que ele não esperava muito da política nacional. Por outro lado, seus escritos, muitas vezes, denunciam, à sua maneira, os defeitos e problemas da vida política do país.

Machado de Assis pôde assistir, ao longo do século XIX e no começo do século XX, a alterações vastas e decisivas no cenário internacional e nacional, nos costumes, nas ciências da natureza e da sociedade, nas técnicas e em tudo o que entende como progresso material. Alguns estudiosos supõem, no entanto, que as crenças atribuídas a Machado de Assis como um escritor engajado politicamente são falsas e que ele não esperava nada ou quase nada da política de modo geral. Mas sua ironia e pessimismo também podem ser vistos como denunciadores de um sistema político e econômico nacional e internacional preocupante, como no fragmento abaixo:

Guerras africanas, rebeliões asiáticas, queda do gabinete francês, agitação política, a proposta de supressão do senado, a caixa do Egito, o socialismo, a anarquia, a crise europeia, que faz estremecer o solo, e só não explode porque a natureza, minha amiga, aborrece este verbo, mas há de estourar, com certeza, antes do fim do século, que me importa tudo isso? Que me importa que, na ilha de Creta, cristãos e muçulmanos se matem uns aos outros, segundo dizem telegramas de 25? E o acordo, que anteontem estava feito entre chilenos e argentinos, e já ontem deixou de estar feito, que tenho eu com esse sangue e com o que há de correr? (em *A semana*, 26 de abril, 1892)

As crônicas machadianas estão associadas ao cotidiano nacional na época em que foram escritas, e um grande número delas mostra a preocupação de Machado de Assis com a vida política e declaram, por vezes, sua ideologia e posições/opiniões.¹ Sobre a promulgação da lei que aboliu a escravidão no Brasil, Machado relembra e escreve, também em *A Semana*, em 14 de maio de 1893:

¹ Na crônica “Canção de piratas” de 22 de julho de 1894, Machado de Assis também demonstra sua opinião e posição política ao se referir à Guerra de Canudos (1896-1897) e apoiar seu mentor Antônio Conselheiro (para mais detalhes ver Callipo, 2008).

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto.

Sendo assim, as crônicas machadianas estão repletas de comentários que se referem não apenas à vida de políticos² do país mas a acontecimentos históricos importantes e relacionados à nossa Administração Política, ou seja, às nossas escolhas políticas (e hábitos políticos) para administrar a nação (e, conseqüentemente, sua produção e distribuição de riquezas). De modo geral, Machado criticava os sinais que o Brasil dava de adesão ao capitalismo que se configurava no início do século XX. Assistindo ao fim do Império (Segundo Reinado) e à constituição da República, a qual era defensor e partidário; embora, também, não tenha se privado de apontar os problemas que com ela surgiam.

Administração Política nas crônicas machadianas

A *semana* é um conjunto de crônicas publicado, originalmente, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no período de 24-4-1892 a 11-11-1900. Publicadas quinzenalmente, Machado procurava em uma única crônica resumir os assuntos mais importantes do período, por vezes retomando algum assunto do passado. Nelas, muitos assuntos são apresentados, discutidos e, claro, ironizados, desde hábitos do cotidiano, passando pela literatura e o teatro até os políticos e suas discussões na Câmara e no Senado e, inclusive, políticas internacionais. Nesse conjunto de crônicas, estão grande parte dos comentários que usamos aqui para relacionar com nosso assunto: Administração Política.

Em muitas passagens de suas crônicas, Machado de Assis mostra certo “desprezo” pela configuração do capitalismo que se “reformava” com

² Na crônica “O velho Senado”, Machado de Assis discorre sobre o momento em que foi cobrir o Senado para o jornal *Diário do Rio*, em 1860. Nela, ele comenta sobre o comportamento dos velhos senadores, seus costumes ao desempenharem este papel, como usavam a barba e como se vestiam. Com isso, ele destaca a aparência de velhos que mantinham e, obviamente, de conservadores.

a constituição da nossa República; principalmente, com a elevada (para ele exagerada) importância que nossos jornais davam a assuntos relativos a isso. A “moda” de falar sobre companhias, finanças, câmbio flutuante e bolsa de valores o incomodou. Escreveu em 1892:

Em verdade, que posso eu dizer das coisas pesadas de uma semana remendada de códigos e praxistas, a ponto de algarismo e citação? Prisões, que tenho eu com elas? Processos, que tenho eu com eles? Não dirijo companhia alguma, nem anônima, nem pseudônima; não fundei bancos, nem me disponho a fundá-los; e, de todas as coisas deste mundo e do outro, a que menos entendo, é o câmbio. Não que lhe negue o direito de subir; mas tantas lástimas ouvi pela queda, quantas ouço agora pela ascensão, não sei se às mesmas pessoas, mas com estes mesmos ouvidos. Finanças, finanças, são tudo finanças (*A semana*, 9 de outubro de 1892).

De modo geral, o Brasil estava mudando e, de certa forma, acompanhava os movimentos e políticas internacionais. Sobre tais acontecimentos, Machado, também, acompanha e não deixa de opinar. Em *Notas semanais* de 1.º de janeiro de 1878 (parte III), ele fala diretamente sobre o movimento da Inglaterra de investir em armamentos. Ironicamente, como é do seu costume, pede desculpas à Inglaterra para ser sincero sobre a inutilidade de ser armar naquele momento e, principalmente, protesta contra as guerras, frequentes no Velho Mundo.

Peço desculpa à Inglaterra, mas parece-me que os seus armamentos são para ela mesma ver. Não é outra coisa. Aqueles arsenais, aquelas armadas, aquele fervor em aumentar tropas e navios, creio que seja verdade, mas também creio que seja inútil. Não porque a Inglaterra não os possa empregar com vantagem, mas porque são tardios. É tarde. Inês é morta. Em todo caso, lavro daqui o meu protesto, diante das potências deste e do outro mundo (o velho) e declaro, alto e bom som, à posteridade, que não creio nos armamentos, ou pelo menos na eficácia deles.

Ainda sobre relações e aspectos internacionais, desta vez mais diretamente relacionados ao Brasil, Machado comenta as relações entre o Brasil

e seu vizinho Peru acerca das negociações entre esses dois países para determinar uma política de navegação no rio Amazonas (sobre a qual o Brasil tinha privilégios pelo tratado assinado entre Portugal e Espanha), a qual culminou no rompimento das relações em 1867.³ Esse assunto apareceu não em apenas uma, mas em pelo menos duas crônicas do escritor em anos diferentes. Em novembro de 1862, ele comenta o fato de navios peruanos estarem navegando pelo rio Amazonas ilegalmente e diz que “o país espera ser bem defendido pelo governo nesta deplorável questão” (em *Crônicas*, 30 de novembro de 1862). No primeiro dia de janeiro de 1863, Machado retoma a “Questão amazônica” e critica a forma como nosso país, frequentemente, administrava as questões internacionais, ou seja, suas relações com outros países, vizinhos ou não. E relata: “As últimas notícias do Amazonas não são animadoras; é com receio que espero as notícias próximas; afigura-se-me que hão de ser piores, por mal da nação, e por glória do nosso rixoso corriqueiro”. Em seguida, aponta que pode até haver boas intenções “ao leme do Estado” (brasileiro), mas “há razão para abstrair da lógica e contar com o imprevisto e com o absurdo”. E termina o assunto dizendo que

Não é raro fazermos triste figura nas nossas pendências internacionais; anda nisto uma fatalidade, quero crê-lo; a ideia de um império enguiçado é menos desanimadora que outra fácil de compreender, e que eu deixo ficar tranquilamente no tinteiro. As lições do passado servem de espelho ao presente e ao futuro, e o nosso receio é deste modo natural (em *Crônicas*, 1.º de janeiro de 1863).

No entanto, nosso escritor se detinha em grande medida a discutir nossas políticas internas. Enfatizando os detalhes do processo de tomada de decisões, de eleições e de votações de leis e decretos, parece, por vezes, se divertir com isso. Ao se referir a um discurso do conservador Eusébio de Queirós, em 1860, o qual pretendeu explicar e defender o acúmulo de cargos públicos (denunciado na imprensa da oposição), Machado fala que “o Senado contava raras sessões ardentes; muitas, porém, eram animadas” (“O velho Senado”, 1898).

³ Sobre mais detalhes desta “Questão amazônica” entre Peru e Brasil, naquela época, ver Gonçalves (2009).

Aqui, não pude deixar de notar certa semelhança com os dias de hoje, em nossas sessões no Congresso Nacional, nas quais confusões são frequentemente noticiadas pela mídia. Para além das confusões e, literalmente, brigas, há ainda as sessões vazias, senão de parlamentares, vazias de propósitos. Em 15 de dezembro de 1862, Machado pede para que o leitor se coloque em uma sessão da Assembleia Legislativa, e continua:

Discute-se. . . o orçamento da receita e despesa, matéria de máxima importância, como se vê logo pela designação. Há grande alvoroço: pedem a palavra, sobem à tribuna os melhores oradores, a lógica e a retórica andam em pleno exercício; e a palavra humana torna-se nesse momento, para usar da expressão de Montalembert,⁴ o tipo supremo da beleza, a arma irresistível da verdade. Sobre que se discute? Sobre o orçamento? Não, senhor; os oradores cansam-se, elevam-se, lutam, fazem prodígios da língua, sobre tudo, menos o objeto da discussão. As questões de política especulativa, as recriminações dos partidos, as invectivas pessoais, o inventário parcial do passado, as conjeturas arbitrárias do futuro, tudo o que pode ser alheio ao orçamento entra em pleno serviço; o orçamento, esse ouve falar em seu nome por duas outras vozes mais moderadas, que, entrando no terreno prático, desdenham o palavreado estéril e procuram utilizar o tempo malbaratado (em *Crônicas*, 15 de dezembro de 1862).

Ao que pude perceber, Machado era adepto de uma política — e de uma Administração Política, para nos aproximarmos mais do nosso assunto neste ensaio — mais concreta e, ao mesmo tempo, mais afastada da pura retórica e do discurso esvaziado da prática. Por exemplo, vê, positivamente, a anunciação de um Congresso Agrícola que, em vez de tratar de coronéis e de eleições, tratará de lavoura e de trabalhadores a quem ele chama de “forças vivas da nação”. Diz ele que “A administração não perde nunca, antes ganha, quando entra em contato com as forças vivas da nação; ouvir diretamente uma classe é o melhor caminho para conhecer as necessidades dela e provê-la de modo útil” (em “Notas semanais”, 16 de junho de 1878).

⁴ Charles Forbes René de Montalembert foi escritor e político francês que defendia e propunha a renovação e modernização da Igreja Católica.

Nesse sentido, preza-se por uma administração mais direta, menos centralizada nas elites e voltada para a satisfação da sociedade (ou do povo). Sobre a centralização da Administração do país, nosso escritor refere-se, um tanto quanto desanimado, a que “é uma flor de retórica de todo o discurso de estreia; um velho bordão; uma perpétua chapa”. Além de discurso, Machado de Assis atribui a essa configuração da Administração brasileira causas históricas, difíceis de entender e de mudar. Para ele, “Raros veem que a centralização não se operou ao sabor de alguns iniciadores, mas porque era um efeito inevitável de causas preexistentes. Supõe-se que ela matou a vida local, quando a falta de vida local foi um dos produtores da centralização. Os homens não passaram de simples instrumentos das coisas”. E continua exemplificando com nossas Administrações locais (a meu ver a Pública e a Política) nas quais “com o poder municipal; esvaiu-se-lhe a vida” (em *Notas semanais*, 1.º de setembro de 1878). Nesse mesmo sentido de herança centralizada do poder, dá outro exemplo, dessa vez sobre o direito do voto:

É o que acontece com o direito de voto; a reforma que reduzir a eleição a um grau será um melhoramento no processo e por isso desejável; mas dará todas as vantagens políticas e morais que dela esperamos? Há uma série de fatores, que a lei não substitui, e esses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional. . . (em *Notas semanais*, 1.º de setembro de 1878).

Ainda sobre a centralização da Administração do país, Machado de Assis fala com fervor na crônica de 15 de maio de 1863, três dias depois da publicação do que ele chama Decreto de 12.⁵ Este decreto, para ele embaçoso e marcante, mostrou de onde vinha o poder no País, ou seja, de cima. E, mais uma vez, ironiza:

⁵ O Decreto 3.093 de 12 de maio de 1863, o qual trata da convocação para o 1.º dia de janeiro do ano próximo, futuro a nova assembleia geral legislativa. Esse decreto estabelece que “Tendo, por Decreto desta data, dissolvido a Câmara dos Deputados e convocado outra para o dia 1.º de janeiro do ano próximo futuro: Hei por bem convocar para aquele mesmo dia a nova Assembleia Geral Legislativa, designando, na forma do art. 4.º da Lei n.º 387 de 19 de agosto de 1846, o dia 9 de agosto deste ano para se proceder em todo o Império à eleição dos Eleitores que têm de eleger os novos Deputados. [. . .] Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador” (Subsecretaria de Informações do Senado Federal, Decreto 3.093/1863).

Os ingleses têm, entre outras manias, a mania de grandes e singulares apostas. Não menos ingleses foram muitos dos nossos políticos que, confiado cada qual na sua impressão ou na sua esperança, lançaram-se à aventura e ao azar da fortuna. Qual, apostava cem bilhetes da loteria afirmando a conservação da câmara temporária; qual, punha a sua fortuna em jogo, se alguém a quisesse aceitar, afirmando a conservação do gabinete; e neste movimento escoaram-se os dias que mediarão entre a abertura do parlamento e a dissolução da câmara (em *Crônicas*, 15 de maio de 1863).

A vida política e as relações entre partidos são enfatizadas em inúmeras crônicas e passagens. Para ele, “verdade é que a vida política não difere muito da vida dos namorados, e que, segundo estes, nada há melhor do que uma reconciliação, a não serem duas. Ora, uma paz absoluta não é coisa que anime os partidos” (em “História de quinze dias”, 1.º de dezembro de 1877). Menos de um ano depois, Machado comentava uma provável confusão entre os partidos políticos às vésperas de importantes eleições em 1878. Nesta passagem, apesar de atitudes antiéticas dos partidos, Machado ressalta a importância da atitude política, do ativismo, tão ignorados por muitos brasileiros na época, e visivelmente, hoje.

Reuniões, sim, e de todos os partidos, inclusive o republicano, reuniões noturnas, sucessivas e até simultâneas. Naturalmente as de uns eram vigiadas por outros, tal qual como nos exércitos, que se espiam mutuamente. Há ardor e resolução; e, se nem todos os costumes eleitorais me agradam, antes esse ardor do que apatia (em *Notas semanais*, 4 de agosto de 1878).

Nesse mesmo texto, nosso autor contrapõe a política como Ciência e como Paixão e Interesses. Mostra que desconsiderar o segundo termo da equação é fantasiar uma realidade que não deixa de existir por um segundo. Machado esclarece não ser contrário a existência de uma Ciência Política, mas que esta é restrita a um pequeno grupo. A política, então, não reside fora da “luta cotidiana”. Este trecho, vale a pena ler por inteiro:

Há ânimos generosos que presumem sermos chegados a um tempo em que a política é obra científica e nada mais, eliminando assim as paixões e os interesses, como quem exclui dois peões do tabuleiro do

xadrez. Belo sonho e deliciosa quimera. Que haja uma ciência política, sim; que os fenômenos sociais sejam sujeitos a regras certas e complexas, justo. Mas essa parte há de ser sempre a ocupação de um grupo exclusivo, superior ou alheio aos interesses e às paixões. Estes foram, são e hão de ser os elementos da luta quotidiana, porque são os fatores da existência das sociedades. O contrário seria supor a possibilidade de convertê-las em academias ou gabinetes de estudo, suprimir a parte sensível do homem, — coisa que, se tem de acontecer, não o será antes de dez séculos (em *Notas semanais*, 4 de agosto de 1878).

Machado de Assis aproxima a Política do homem, da vida quotidiana, das lutas sociais e da sociedade concreta. Podemos dizer, então, que a Administração enquanto Política, não se afasta disso. Faz o movimento contrário ao que a Administração, a considerada tão científica a ponto de se afastar do ser político que é o humano. A Administração Política, a meu ver, interpretada com base nas crônicas de Machado de Assis deve propor esta aproximação com o humano e, conseqüentemente, com o social. Uma Administração que acontece, e que não apenas discute. Que se propõe à, e não apenas critica. E, claro, que critica a si mesma constantemente em busca de um fazer melhor.

Comentários finais e futuros ensaios

Este ensaio trata-se de um primeiro exercício na busca de fontes para compreender melhor nossa Administração Política. A meu ver, mostrou-se promissor nesse intento, mas que requer muito mais conhecimento sobre a obra do nosso escritor e sobre o próprio assunto que se pretende desvendar. É preciso que demos continuidade aos estudos! São mais de seiscentas crônicas, que se referem a diferentes momentos da política nacional, mas dão seqüência a uma história de decisões e ações pertinentes à configuração da nossa Administração Política.

Para uma continuidade deste trabalho de relacionar Machado de Assis com a Administração Política, é importante reconhecer que ainda falta muito para aprofundar duas linhas de estudos: uma delas, como já dito, os escritos de Machado de Assis (especialmente as crônicas) e sua vida e posição política; outra, se refere à história do país no momento em que Machado de Assis escrevia. Neste intento, Raimundo Faoro, em *Os donos do poder*, se mostra como leitura imprescindível.

Aqui, neste “ensaio do ensaio”, procuramos selecionar crônicas e passagens de um modo um tanto quanto aleatório, que aconteceu na medida em que as leituras foram sendo realizadas. Há que se ter em mente um método mais claro e organizado para se fazer isso, principalmente diante do significativo volume de escritos e também diante do modo pelo qual as crônicas se organizam, ou seja, na sequência dos fatos, e não do assunto.

Dito logo esses pontos que limitaram nosso intento de interpretar a Administração Política com base no clássico da literatura brasileira, vale dizer agora, os pontos que reforçam a importância desse exercício. Um deles diz respeito à noção que as crônicas revelam da vida política do país, tanto no que diz respeito a detalhes do dia a dia, quanto no que diz respeito ao caminho que o poder percorre dentro da Administração. Ao identificar a noção de poder, Machado, também, identifica questões de centralização/descentralização e de relações internacionais. Questões que a Administração procurou discutir desde os clássicos, mas que acabou por expulsar a política para dar lugar “a coisas mais científicas”, e mais possíveis de medir. Aqui reside outra relação: a de que as lutas do cotidiano, que para Machado traduzem melhor a Política, podem ser vistas como fundamentais para uma Administração Política efetiva, não descolada das análises contextuais e das abstrações, mas, estreitamente, relacionada ao fim último a que pretende prestar. Profundamente relacionada com as demandas sociais, com o concreto.

De certo modo, o esforço que vemos no grupo de discussão e de trabalho da Escola de Administração da UFBA é um caminho, embora ainda tímido, um caminho possível. Na ponta, levantamentos e pesquisas que direcionam recursos municipais e estaduais (quem sabe um dia, nacionais) para o concreto, o prático. Na outra ponta, a busca pela discussão aberta e preocupada com o futuro da Administração e com o papel da Administração Política. Discussão esta que, por enquanto, se mostra ainda difusa, porém em constante expansão, obtendo importantes aderências (ou militâncias, ou manifestantes) no sentido não apenas de ampliar as discussões, mas também de influenciar as práticas, principalmente as públicas em direção às urgentes demandas sociais.

Por aqui, por enquanto, este é meu manifesto!

Referências

BOSI, Alfredo. *O teatro político nas crônicas de Machado de Assis*. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf>>; acesso em 30-11-2011.

- CALLIPO, Daniela. “**Canção de piratas**”: Antônio Conselheiro e Victor Hugo na crônica de Machado de Assis. *Eutomia – Revista Online de Literatura e Linguística*, vol. 1, n.º 1, pp. 202 a 214, jul. 2008.
- CARIBÉ, Daniel A. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. Salvador: *Rebap*, vol. 1, n.º 1, pp. 35-48, out. 2008.
- FONSECA, Francisco. A Administração Política: em busca de uma teoria crítica da administração pública. Salvador: *Rebap*, vol. 1, n.º 1, pp. 7-9, out. 2008.
- GONÇALVES, Ronaldo P. Brasil e Peru no século XIX: uma história pouco amistosa. *Revista Faz Ciência*, vol. 11, n.º 13, jan.-jun. 2009, pp. 55-78.
- MACHADO DE ASSIS. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Machado_de_Assis>; acesso em 26-1-2012.
- MACHADO DE ASSIS. O velho senado. In: Machado de Assis. *Obra completa*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (publicado originalmente em *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1898).
- . Notas semanais. In: Machado de Assis. *Obra completa*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (publicado originalmente em *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1878).
- . A Semana. In: Machado de Assis. *Obra completa*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, de 24-4-1892 a 11-11-1900).
- . Histórias de 15 dias. In: Machado de Assis. *Obra completa*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 e Machado de Assis. *Crônicas*, vol. 3, Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1938 (publicado originalmente em *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, de 1.º-7-1876 a 1.º-1-1878).
- . Crônicas. In: Machado de Assis. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938 (publicado originalmente em *O Futuro*, Rio de Janeiro, de 15-9-1862 a 1.º-7-1863).
- NOVAES, Carlos Eduardo. A laranja da crônica (prefácio). In: *A cadeira do dentista e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 15, 1995 (Coleção Para Gostar de Ler, vol. 15).
- OLIVEIRA, Francisco Correia de. Administração política e teoria da organização: contribuições históricas de autores brasileiros. Salvador: *Rebap*, vol. 1, n.º 1, pp. 159-88, out.-2008.
- TEIXEIRA, Francisco. Administração política: surge um novo paradigma de pesquisa em área contestada. Salvador: *Rebap*, vol. 1, n.º 1, pp. 5-6, out. 2008.

SANTOS, Reginaldo S. et al (orgs.). *A Administração política como campo do conhecimento*. São Paulo: Mandacaru, 2004.

SANTOS, Reginaldo S.; RIBEIRO, Elisabeth M. & SANTOS, Thiago Chagas S. Bases teórico-metodológicas da Administração Política. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública – RAP*, vol. 43, n.º 4, pp. 919-41, jul.-ago. 2009.

SUBSECRETARIA de Informações – Senado Federal. Decreto n.º 3.093 de 12 de maio de 1863. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=60411&norma=76281>>; acesso em 3-3-2012.

Resumo

O que as crônicas de Machado de Assis podem nos contar sobre a Administração Política brasileira? Nosso intuito neste breve ensaio é tentar interpretar as crônicas machadianas à luz da Administração Política, buscando oferecer um pouco de leveza a uma discussão bastante séria. Machado não apenas retratou nas crônicas o cotidiano da vida carioca de sua época, mas participou, diretamente, da vida pública do Brasil em momentos importantes como o nascimento da nossa República. A Administração Política nas crônicas aqui estudadas mostra-se não apenas nas relações internacionais do país, mas também nas lutas do cotidiano e na necessidade da Administração relacionar-se com a sociedade e suas demandas. “O que é a política senão obra de homens”, disse Machado de Assis. E, o que é a Administração Política, senão obra de homens?

Palavras-chave: Administração Política. Machado de Assis. Crônicas.

Abstract

What can Machado de Assis' chronicles tell us about the Brazilian political administration? The objective of this essay is to interpret his chronicles with a Political Administration perspective, aiming to bring a lighter view to a serious discussion. Machado not only portrayed the daily chronicles of the *carioca life* (*carioca* = inhabitants from Rio de Janeiro) from his epoch but he was also directly involved in public work during important historical moments such as the birth of the Brazilian Republic. Political Administration in Machado's chronicles is observed not only in Brazilian international relations but also in domestic relations: the daily class struggle and the need of the administration to relate with the civil society and its demands. “*What is politics but just the work of men,*” stated Machado de Assis. And, therefore, what is Political Administration, but just the work of men?

Key words: Political Administration. Machado de Assis. Chronicles.